

AVISO DE DISPENSA Nº 35/2026

Torna-se público que a UniRV- Universidade de Rio Verde, por meio do Departamento de Contratações, que realizará Dispensa Eletrônica, com **critério de julgamento menor preço**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal n.º 806 de 30 de março de 2023 e demais legislações aplicáveis.

Protocolo: 1054/2026

Data limite para apresentação da proposta e dos documentos de habilitação: 21 de maio até às 17h00min.

E-mail para recebimento de proposta: contratacao@unirv.edu.br

Este aviso está disponível e publicado aos interessados no site:

UniRV - Universidade de Rio Verde

https://acessoainformacao.unirv.edu.br/cidadao/informacao/dispensas_cnt

DISPENSA EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a **contratação de empresa especializada na prestação de serviço revisão e manutenção da linha de gás com fornecimento de peças, para atender a demanda da Coordenação dos Laboratórios da UniRV – Universidade de Rio Verde**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO, QUANTITATIVOS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS E VALOR ESTIMADO

2.1. A Administração realizou pesquisa de mercado e levantou o valor estimado para a contratação. A prestação de serviço será realizada conforme as descrições e o valores de referência das tabelas abaixo:

ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	UNIDADE	01	REVISÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE LINHAS DE GÁS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS	R\$ 15.333,32	R\$ 15.333,32
VALOR TOTAL: QUINZE MIL, TREZENTOS E TRINTA E TRÊS REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS.					R\$ 15.333,32



COMPOSIÇÃO DO ITEM:

ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	UNIDADE	01	REVISÃO E MANUTENÇÃO DA LINHA DE GÁS DO LABORATÓRIO DE ANÁLISES MICROBIOLÓGICAS DE ALIMENTOS	R\$ 1.333,33	R\$ 1.333,33
02	UNIDADE	01	REVISÃO E MANUTENÇÃO DA LINHA DE GÁS DO BLOCO 2	R\$ 1.333,33	R\$ 1.333,33
03	UNIDADE	01	REVISÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA LINHA DE GÁS DO LABORATÓRIO MULTIUSUÁRIO I	R\$ 1.333,33	R\$ 1.333,33
04	UNIDADE	01	REVISÃO E MANUTENÇÃO DA LINHA DE GÁS DO LABORATÓRIO MULTIUSUÁRIO II	R\$ 1.333,33	R\$ 1.333,33
05	UNIDADE	01	FORNECIMENTO DE PEÇAS	R\$10.000,00	R\$10.000,00
VALOR ESTIMADO: QUINZE MIL TREZENTOS E TRINTA E TRÊS REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS.					R\$ 15.333,32

2.2. Os itens não serão contratados com valores superiores ao indicado na tabela acima.

2.2.1. O critério de julgamento adotado será o **menor preço global**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.2.2. Fica reservado o valor estimado de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que será utilizado exclusivamente para pagamento de peças substituídas. **O item 05 não será levado em consideração para a disputa de lances dessa contratação.**

2.3. DO FORNECIMENTO DE PEÇAS (ITEM 05) PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E MATERIAIS DE INSTALAÇÃO

2.3.1. De acordo, com a pesquisa de mercado realizado pela Administração foi estipulado um valor máximo que a Instituição poderá gastar com determinadas peças referente ao item 05.

ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
01	UNIDADE	01	PIG TAIL GALVANIZADO	R\$ 55,87
02	UNIDADE	01	REGULADOR DE GÁS VALVULA DE DOIS TEMPOS COM MANÔMETRO	R\$ 90,33
03	UNIDADE	01	MANGUEIRA DE MALHA DE AÇO P/GÁS MALHA DE AÇO FLEXIVEL COM APROXIMADAMENTE 1,50M	R\$ 82,29
04	METRO	01	TUBO PEX MULTI CAMADAS ALÚMINIO PARA GÁS COM 16MM APROXIMADOS	R\$ 32,46
05	UNIDADE	01	TE REDUÇÃO METÁLICO APROXIMADAMENTE 16MM P/GÁS	R\$ 36,56
06	UNIDADE	01	COTOVELO DE ROSCA P/GÁS APROXIMADAMENTE 16MM	R\$ 20,14



3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA

3.1. Poderão participar desta Dispensa, **exclusivamente as microempresas ou empresas de pequeno porte, aptas a se beneficiar do tratamento diferenciado e favorecido estabelecido pela Lei Complementar n. 123/2006**, empresas pertencentes ao ramo de atividade do objeto da dispensa que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Aviso de Contratação Direta e seus anexos, arcando as interessadas com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação das propostas e documentação.

3.1.1. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.1.1.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.1.1.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

3.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

3.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.2.3. Em obediência ao que estipula a Lei n.º 14.133/2021 em seu artigo 14, **não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato**, direta ou indiretamente:

- a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados (equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico);
- c) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, notadamente, no artigo 156, III e IV da Lei n.º 14.133/2021, art. 7º, da Lei nº 10.520/2022 e art. 87, da Lei nº 8.666/93;

- d.1) o impedimento de que trata esta condição será também aplicado à licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante (art. 14, §1º da Lei n.º 14.133/2021).
- e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do **órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato**, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- g) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- h) agente público do órgão ou entidade licitante;
- h.1) a vedação de que trata o item acima, estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- i) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- j) empresas em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação, conforme disposto no artigo 69, II da Lei n.º 14.133/2021;
- j.1.) a empresa em recuperação judicial poderá participar do certame desde que apresente plano de recuperação aprovado e homologado judicialmente, com a recuperação já deferida.
- j.2.) a empresa em recuperação judicial que comprovar o disposto na alínea j.1 deverá demonstrar os demais requisitos de habilitação.
- j.3.) a regra é aplicável à empresa em recuperação extrajudicial, desde que preenchidos os requisitos das alíneas “j.1. e j.2.”.
- k) cujos sócios ou diretores pertençam, simultaneamente, a mais de uma empresa licitante, concorrendo os mesmos itens;
- l) O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021;



- m) não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/ 2021.
- n) o Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores e os servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, não poderão contratar com o Município, subsistindo a proibição até 06 (seis) meses após findas as respectivas funções, de acordo com o art. 94 da Lei Orgânica do município de Rio Verde/GO.

3.2.4. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas “b” e “c” poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.2.5. O disposto nas alíneas “b” e “c” não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.2.6. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei n.º 14.133/2021.

4. INGRESSO NA DISPENSA

4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o envio da proposta para o e-mail: contratacao@unirv.edu.br e na forma deste item.

4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, **exclusivamente** por meio do e-mail do responsável dessa contratação, a proposta juntamente com os documentos de habilitação (Item 6 desse Aviso de Dispensa) com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

4.2.1. O fornecedor interessado deverá enviar proposta formal contendo inclusive a marca/modelo, se houver, não se admitindo expressões vagas ou imprecisas, de maneira a não ensejar dúvidas por ocasião da análise e do julgamento e para demonstrar que atende corretamente às especificações técnicas mínimas constantes do Anexo I deste Aviso de Dispensa.

4.2.2. As especificações técnicas exigidas no edital refletem o MÍNIMO de qualidade e características dos bens a serem adquiridos, permitindo claramente a oferta de produtos superiores aos solicitados.



4.2.3. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços/fornecimento.

4.3.1. Os preços ofertados, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. Uma vez enviada a proposta, os fornecedores **NÃO** poderão solicitar a substituição ou modificação.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrado o prazo para envio das propostas, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.1.1. Havendo propostas iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquela que for recebida primeiro via e-mail.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.



5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado e emitido pelo responsável dessa contratação.

5.3. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.4.1. conter vícios insanáveis;

5.4.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.4.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.4.4. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.5. Quando o fornecedor conseguir comprovar que possui ou possuía recursos suficientes para executar a contento o objeto, será inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.5.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.5.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo responsável, desde que não haja majoração do preço.

5.7.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.7.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.9. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6. HABILITAÇÃO

6.1. A documentação relativa à **habilitação jurídica** consiste em:

- a) para empresa individual: registro comercial;
- b) para sociedade comercial: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, e as alterações subsequentes, devidamente registrados na Junta Comercial competente;
- c) para sociedade por ações: inscrição do ato constitutivo e alterações subsequentes, que deverão vir acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores em exercício;
- d) para sociedade civil: inscrição do ato constitutivo e alterações subsequentes no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

6.2. A documentação relativa à **regularidade fiscal e trabalhista** consiste em:

- a) **Prova da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;**
- b) **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta dispensa.
- c) **Prova de regularidade perante a Fazenda Pública Federal e Contribuições Previdenciárias – Certidão Negativa de Regularidade Fiscal RFB/PGFN**, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) **Prova de regularidade perante a Fazenda Pública Estadual e Fazenda Pública Municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e) **Prova de regularidade perante ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS**, expedido pela Caixa Econômica Federal.
 - e.1) Caso o licitante pessoa física não seja empregador, deverá, em substituição, declarar tal fato;
- f) **Prova de regularidade trabalhista, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT**, ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo, na forma da Lei nº 12.440/2011.

6.2.1. O responsável pela contratação poderá verificar junto às respectivas páginas eletrônicas, a conformidade e veracidade dos documentos extraídos via Internet.

6.2.2. No caso de existência de restrição fiscal, será concedido à microempresa ou empresa de pequeno porte o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, contados a partir do momento em que for declarada vencedora do certame, para regularização da pendência e a consequente obtenção das certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

6.3. A documentação relativa à **qualificação técnica** consiste em:



a) Comprovação da sua capacitação técnica através da verificação de compatibilidade entre sua Atividade Econômica, apresentada no Cartão CNPJ e/ou Contrato Social, e o objeto desta contratação.

b) Atestado ou declaração de capacidade técnica, fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter realizado, satisfatoriamente, fornecimento(s) semelhante(s) ao objeto desta dispensa.

b.1) O atestado deverá ser emitido em papel timbrado (sempre que possível) e conter todos os dados da empresa ou órgão emissor, bem como a individualização de seu signatário, cargo, telefones, e-mail ou qualquer outro elemento que permita a identificação e contato.

6.4. Os interessados deverão apresentar a seguinte **documentação complementar**:

a) Declarações relativa ao cumprimento das condições de participação (Anexo II).

6.4.1. Comprovante da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, por meio de um dos seguintes documentos:

a) Certidão/Declaração Simplificada emitida pela Junta Comercial do seu respectivo Estado, no máximo, nos últimos 180 (cento e oitenta) dias;

b) Prova de cadastro no Simples Nacional, emitida, no máximo, nos últimos 30 (trinta) dias.

6.4.2. O documento previsto no subitem 6.4.1. deste Aviso de Dispensa é exigível apenas para a licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, que queira se beneficiar do tratamento diferenciado conferido pela Lei Complementar n.º 123/2006.

6.5. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela UniRV, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados.

6.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a enviá-los, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.



6.9. A CONTRATANTE poderá solicitar outros documentos que entender necessário a comprovação da regularidade.

6.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

6.11. O(A) **Agente de Contratação** poderá consultar os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o(s) licitante(s) esteja(m) com alguma vencida, ou que tenha deixado de apresentar (enviar), realizando assim a emissão, no entanto, não se responsabilizará pela possível indisponibilidade desses sistemas, quando da consulta no julgamento da habilitação, sendo de inteira responsabilidade da licitante a comprovação de sua habilitação (art. 38, § 6º Decreto Municipal n.º 799/2023).

6.12. Após o envio dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para: (Lei n.º 14.133/2021, art. 64, e art. 38, § 4 do Decreto Municipal n.º 799/2023)

6.12.1. complementação de informações acerca ds documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

6.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Encerradas a etapa de julgamento e de habilitação, o processo será encaminhado à autoridade competente para adjudicação do objeto e homologação do procedimento;

7.2. Como condição para **adjudicação/homologação** o fornecedor classificado em primeiro lugar deverá providenciar o **Certificado de Registro Cadastral (CRC)** junto à UniRV - Universidade de Rio Verde, pelo Setor de Cadastro, através do e-mail: cadastro@unirv.edu.br no prazo de **02 (dois) dias úteis** para que o cadastro esteja apto a produzir efeitos quando da adjudicação/homologação, sob pena de desclassificação da proposta.

7.3. Após a realização do CRC, da adjudicação e da homologação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.4. O adjudicatário terá o prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para realizar a assinatura, que deverá ser, **preferencialmente eletrônica** no Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Ordem de Fornecimento – OF/Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.4.1. Frente a impossibilidade da assinatura de acordo com o subitem 7.2, a licitante fica ciente de que deverá comparecer no endereço informado, podendo, na impossibilidade de comparecimento do seu representante legal, enviar mandatário munido da respectiva procuração, por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, e da via original do documento de identidade do outorgado, conferindo-lhe poderes específicos para a assinatura de contrato administrativo ou para a retirada de instrumento equivalente.



7.4.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.5. O aceite da nota de empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.5.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.5.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.5.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.6. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

FASE LICITATÓRIA

8.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) **Agente de Contratação/Comissão** durante o certame; (Para a infração prevista, a multa será de 10% (dez por cento) do valor do contrato licitado).

8.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando: (Para a infração prevista, a multa será de 10% (dez por cento) do valor do contrato licitado).

8.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

8.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

8.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

8.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

8.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Aviso;

8.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; (Para a infração prevista, a multa será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado).



8.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração; ([art. 44, § 4º do Decreto Municipal nº799/2023](#));

8.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação; (Para a infração prevista, a multa será de 20% (vinte por cento) do valor do contrato licitado);

8.1.5. fraudar a licitação; (Para a infração prevista, a multa será de 20% (vinte por cento) do valor do contrato licitado);

8.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando: (Para a infração prevista, a multa será de 20% (vinte por cento) do valor do contrato licitado);

8.1.6.1. induzir deliberadamente a erro no julgamento.

8.1.6.2. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

8.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; (Para a infração prevista, a multa será de 20% (vinte por cento) do valor do contrato licitado);

8.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#). (Para a infração prevista, a multa será de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato licitado);

FASE CONTRATUAL

8.1.9. dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.10. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.11. dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.12. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

8.2.1. advertência;

8.2.2. multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, se inexecução total, ou 30% (trinta por cento) sobre o remanescente do contrato, se inexecução parcial;

8.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

8.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

8.3.2. as peculiaridades do caso concreto;



8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

8.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 8.1.1., 8.1.2., 8.1.3., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 8.1.4., 8.1.5., 8.1.6, 8.1.7. e 8.1.8. bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 8.1.1., 8.1.2., 8.1.3. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

8.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 8.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [\(art. 44, § 4º do Decreto Municipal nº799/2023\)](#).

8.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento, de acordo com o art. 167, da Lei n.º 14.133/2021.



8.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.13. A aplicação das sanções previstas neste Aviso não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer solicitações enviadas pela Administração.

9.5. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento observarão o horário de Brasília/DF, inclusive para contagem de tempo e para a documentação relativa ao procedimento.

9.6. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.7. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.8. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.8.1. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto ora licitado, sem expressa anuência do Contratante.



UniRV
Universidade de Rio Verde

Universidade de Rio Verde

Resolução CEE/CES N. 06/2021 de 05 de fevereiro de 2021

CNPJ 01.815.216/0001-78 | I.E. 10.210.819-6 | I.M. 021.407

9.8.2. Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do Aviso de Dispensa.

9.9. As solicitações de informações e os pedidos de esclarecimentos acerca do Aviso de Dispensa deverão ser encaminhados no endereço eletrônico contratacao@unirv.edu.br, ou ainda, pelo número **(64) 3620-3017**, em dias úteis, das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min.

9.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.11. Do presente procedimento será gerada e divulgada Ata de Julgamento no link: https://acessoainformacao.unirv.edu.br/cidadao/informacao/dispensas_cnt

9.12. O e-mail é a forma de comunicação válida durante o processo de contratação, fase contratual e eventual fase para apuração de infração contratual, sendo responsabilidade da empresa licitante/contratante informá-lo de maneira correta e manter o mesmo atualizado, vez que serão consideradas válidas intimações, notificações e outros expedientes enviados no respectivo endereço eletrônico informado;

9.13. Por força do art. 9º da [Portaria n.º 657/2024 - Reitoria](#), que designa membro de comissão, dispõe sobre o processo administrativo para apuração de infração licitatória, fase recursal e dá outras providências, faz-se mencionar a mesma, aqui, para amplo e geral conhecimento dos participantes do processo licitatório e eventuais/futuros contratantes.

9.14. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 9.14.1.** ANEXO I – Termo de Referência;
- ANEXO II – Modelo de Declarações;
- ANEXO III – Minuta de Contrato

Rio Verde, 15 de maio de 2026.

Kamilla Prado Souza

Agente de Contratação

Departamento de Contratações

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO E MOTIVAÇÃO

1.1 O presente termo tem por objeto, a contratação de empresa especializada na prestação de serviço revisão, manutenção e ampliação da linha de gás com fornecimento de peças, para atender a demanda da Coordenação dos Laboratórios da UniRV – Universidade de Rio Verde.

1.2 A manutenção e revisão periódica das linhas de gás nos laboratórios universitários são essenciais para mitigar os riscos inerentes a um ambiente de alta complexidade. Devido à manipulação de substâncias químicas, à presença de equipamentos de pesquisa de alto custo e à constante circulação de alunos e pesquisadores, a falha na rede de gás representa um risco exponencialmente maior de acidentes catastróficos, como explosões ou intoxicação por monóxido de carbono (CO).

A realização do teste de estanqueidade e a inspeção de componentes vitais, como válvulas e reguladores, são medidas preventivas que protegem o capital humano e garantem a integridade dos ativos de pesquisa, assegurando a continuidade das atividades acadêmicas.

Além da segurança imediata, o serviço de manutenção garante a conformidade regulatória da Universidade, através da emissão do Laudo Técnico e da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), conforme exigido pela ABNT NBR 15358. Esta documentação formal atesta a condição segura da instalação, cumprindo uma responsabilidade legal e ética da instituição. Embora a Universidade não possua seguro predial atualmente, a manutenção e a obtenção da ART estabelecem um histórico de diligência e os pré-requisitos técnicos necessários para a contratação de uma apólice futura, protegendo o patrimônio institucional e facilitando a gestão de riscos a longo prazo.

A contratação de empresa especializada para a ampliação da rede de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) no Bloco de Laboratórios Multiusuários I da Universidade de Rio Verde – Campus Rio Verde justifica-se pela necessidade de prover a infraestrutura adequada ao funcionamento da capela de fluxo laminar, equipamento destinado à realização de análises microbiológicas.

A ampliação da rede de GLP possibilitará o atendimento às demandas técnicas desse novo ambiente, beneficiando diretamente os cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade de Agronomia, por meio do aperfeiçoamento da capacidade de análises laboratoriais e da ampliação das atividades de ensino e pesquisa. Dessa forma, a medida contribuirá significativamente para o aprimoramento da infraestrutura laboratorial da Universidade, promovendo a qualificação da formação acadêmica e o desenvolvimento científico institucional.

1.3 Será contratado mediante **Dispensa Eletrônica**, nos termos do inciso II do artigo 75 da Lei 14.133/2021.

1.4 Com base no preceito insculpido art. 11, inciso I, do Decreto Municipal nº 807/2023, que confere à Administração a prerrogativa discricionária na elaboração do Estudo Técnico Preliminar, entende-se, para os propósitos deste processo, que a ausência de complexidade inerente à natureza do objeto em questão, aliada ao seu valor reduzido, torna-se dispensável a produção desse documento. Não obstante, é crucial enfatizar que todas as informações necessárias e suficientes para demonstrar o interesse público, proporcionando a devida



segurança transacional, encontram-se devidamente registradas nos documentos que compõem a instrução processual.

1.5 Pretende-se realizar a **contratação de forma global**, justificada pela viabilidade técnica e economia de escala, uma vez que a contratação de uma única empresa, para realização de todos os serviços necessários, trará agilidade e eficiência. Além de se tratar de serviços de pequeno valor, a padronização da prestação, em formato global, garante que todos os serviços sejam uniformes em termos de qualidade na prestação e fornecimento de materiais, evitando variações que poderiam ocorrer em uma licitação fragmentada. Portanto optar pela licitação global proporciona vantagens significativas em termos de economia, padronização e eficiência.

1.6. Cumpre mencionar que a contratação em questão não foi contemplada no Plano de Contratações Anuais (PCA) de 2026 da Coordenação dos Laboratórios, em razão da necessidade de priorização de demandas identificadas à época de sua elaboração, bem como da alocação de recursos para atender a outras necessidades operacionais imediatas. Porém os serviços foram previstos no PCA de 2025, mas que por lapso não houve a efetiva contratação. Ressalte-se, contudo, que o PCA é um instrumento gerencial dinâmico, passível de ajustes e revisões ao longo do exercício, justamente para possibilitar a adequação às demandas supervenientes. Dessa forma, a ausência desta contratação no plano inicial não representa impedimento para sua realização, mas apenas reflete o cenário vigente no momento da sua formulação.

2.DESCRICÃO DO OBJETO, QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES GERAIS

2.1. A Administração realizou pesquisa de mercado e levantou o valor estimado para a contratação. Os itens serão adquiridos conforme a descrição da tabela abaixo:

ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
01	UNIDADE	01	REVISÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE LINHAS DE GÁS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS

2.2 os serviços/produtos deverão estar de acordo com a tabela abaixo:

ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DO ITEM
1	UNIDADE	01	REVISÃO E MANUTENÇÃO DA LINHA DE GÁS DO LABORATÓRIO DE ANÁLISES MICROBIOLÓGICAS DE ALIMENTOS
2	UNIDADE	01	REVISÃO E MANUTENÇÃO DA LINHA DE GÁS DO BLOCO 2
3	UNIDADE	01	REVISÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA LINHA DE GÁS DO LABORATÓRIO MULTIUSUÁRIO I
4	UNIDADE	01	REVISÃO E MANUTENÇÃO DA LINHA DE GÁS DO LABORATÓRIO MULTIUSUÁRIO II
5	UNIDADE	01	FORNECIMENTO DE PEÇAS



2.2.3. Não haverá disputa quanto ao item 05, uma vez que o valor é fixo e estimado para realização de aquisição de peças e suprimentos destinados as revisões e manutenções a serem feitas nas linhas de gás, até a vigência do contrato, que será utilizado exclusivamente para pagamento de peças no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).

2.3. Os serviços a serem prestados devem incluir:

a) Teste de Estanqueidade (Teste de Vazamento)

Realizar teste de pressão na tubulação, utilizando manômetros calibrados e/ou detectores eletrônicos, para identificar e localizar qualquer micro vazamento.

Obrigação: Corrigir imediatamente os vazamentos encontrados e retestar a rede.

b) Inspeção Visual e Estrutural

Verificar a integridade física da tubulação (corrosão, danos mecânicos) e a adequação dos suportes e fixações.

Obrigação: Reportar e orçar a substituição de trechos corroídos ou danificados.

c) Inspeção de Válvulas e Reguladores

Testar o funcionamento de todas as válvulas de corte (registros) e verificar a data de validade dos reguladores de pressão.

Obrigação: Substituir reguladores vencidos ou danificados e garantir o funcionamento das válvulas de emergência.

d) Verificação de Ventilação e Medição de Monóxido de Carbono (CO)

Medir os níveis de Monóxido de Carbono (CO) nos ambientes de uso de gás e inspecionar as aberturas de ventilação permanente.

Obrigação: Emitir laudo de medição de CO e sugerir adequações na ventilação, se necessário.

e) Avaliação de Equipamentos e Flexíveis

Inspeccionar a validade e o material das mangueiras e flexíveis de conexão aos equipamentos de laboratório.

Obrigação: Substituir flexíveis fora da validade ou inadequados e verificar a correta combustão (chama azul) dos bicos de gás.

f) Emissão de Laudo Técnico e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)

Emitir o Laudo Técnico detalhado da inspeção e a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao Órgão/Conselho.

Obrigação: Entregar o Laudo e a ART assinados por engenheiro responsável, atestando a conformidade com a ABNT NBR 15358.

g) Serviço de Ampliação da rede GLP no Laboratório Multiusuário I: Deve conter todos os materiais listados no projeto, serviço de alvenaria (furo), extensão da tubulação em material (PEX) contemplando união até a ligação da Capela de Fluxo Laminar.



h) Serviço de Acabamento e Pintura: Deve conter todos os materiais listados no projeto, serviço de preparação de superfície, aplicação de pintura contemplando os arremates e nivelamento até a completa restauração das áreas de afetadas pelas instalações.

2.4. Do fornecimento de peças para manutenção corretiva e materiais de instalação

2.4.1. De acordo, com o levantamento de preços realizado pelo Departamento de Contratação, foi estipulado um valor máximo que a Instituição poderá gastar com determinadas peças, conforme tabela abaixo:

ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO DO ITEM	VALOR UNITÁRIO
01	UNIDADE	PIG TAIL GALVANIZADO	R\$ 55,87
02	UNIDADE	REGULADOR DE GÁS VALVULA DE DOIS TEMPOS COM MANÔMETRO	R\$ 90,33
03	UNIDADE	MANGUEIRA DE MALHA DE AÇO P/GÁS MALHA DE AÇO FLEXIVEL COM APROXIMADAMENTE 1,50M	R\$ 82,29
04	METRO	TUBO PEX MULTI CAMADAS ALÚMINIO PARA GÁS COM 16MM APROXIMADAMENTE	R\$ 32,46
05	UNIDADE	TE REDUÇÃO METÁLICO APROXIMADAMENTE 16MM P/GÁS	R\$ 36,56
06	UNIDADE	COTOVELO DE ROSCA P/GÁS APROXIMADAMENTE 16MM	R\$ 20,14

2.5. Quando se tornar necessário a compra ou troca de peças relacionados aos equipamentos acima, a contratada deverá notificar formalmente ao Gestor Contratual, informando a peça a ser adquirida com todos os detalhes possíveis como marca, modelo, garantia e o valor que a contratada possar fornecer para a UniRV – Universidade de Rio Verde.

2.6. A contratada deverá fornecer as peças estipuladas, quando necessário, após autorização do gestor contratual, apresentando sua oferta para o fornecimento das peças, não podendo ser valor acima do estipulado pela UniRV – Universidade de Rio Verde.

2.7. Caso, seja necessário, a aquisição de peças que não compõe o levantamento de preços inicial das peças, a contratada deverá fornecer um orçamento formal, com valor fixado para repasse ao Gestor Contratual, para aceite ou não da proposta.

2.8. A contratada deverá estipular o prazo de 6 meses (no mínimo) de garantia para o fornecimento de peças, emitindo em documento formal. Prazo poderá ser maior em determinadas peças, ficando a questão do Gestor Contratual.

2.9. Nada impede que a Administração Pública, possa pesquisar junto ao mercado atual, para verificação correta do valor orçado da Contratante, afim de evitar aquisições com valores acima do mercado atual.

2.5. Da conclusão e teste dos serviços



2.5.1. Todos os serviços concluídos deverão ser testados pela Contratada, sob sua responsabilidade técnica e financeira, na presença do executor do contrato, ficando sua aceitação final condicionada ao bom desempenho dos equipamentos nos referidos testes.

3. DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

3.1. A prestação de serviço em questão ocorrerá nas dependências do Campus Fazenda Fontes do Saber, em Rio Verde – GO, e **deverá ser iniciado o serviço em até 5 (cinco) dias uteis após a emissão da ordem de serviço, tendo que ser concluído no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o início.**

3.2. A contratada se compromete a realizar os serviços conforme as especificações e procedimentos recomendados pelo fabricante.

3.3. A contratada deverá fornecer as peças de reposição, garantindo o bom funcionamento da linha.

3.4. A contratada deverá realizar a instalação das peças de forma adequada, assegurando a total funcionalidade dos equipamentos e linhas de gás.

3.5. O serviço deverá ser realizado de maneira eficiente e em conformidade com os padrões técnicos exigidos, sem causar danos aos equipamentos ou comprometer seu desempenho.

3.6. A Universidade em hipótese alguma irá disponibilizar funcionário próprio para auxiliar nos serviços prestados.

3.7. A contratada garante os serviços prestados e as peças instaladas por um período de no mínimo 90 (noventa) dias, contados a partir da data de conclusão da manutenção.

3.7.1 Caso qualquer defeito relacionado à manutenção ou peças fornecidas dentro do período de garantia, a contratada se compromete a realizar os reparos ou substituições necessárias, sem custos adicionais para a contratante.

4. DA GESTÃO DO CONTRATO

4.1 A fiscalização, acompanhamento e gestão dessa contratação ficarão a cargo do servidor **Me. Alex Anderson de Oliveira Moura** conforme **Portaria n. 518/2025**.

4.2. O gestor/fiscalizador será responsável por acompanhar pessoalmente a execução dos serviços ou o fornecimento dos bens contratados, zelando pelo fiel cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos contratuais.

4.3. Sem prejuízo das demais obrigações legais e regulamentares, competem ao gestor/fiscalizador as seguintes atribuições gerais e objetivas:

a) Monitorar a execução do objeto contratual, verificando a conformidade dos serviços prestados ou bens entregues com as especificações, prazos e demais condições contratuais.

b) Registrar formalmente todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, adotando as providências necessárias para a regularização de falhas, defeitos ou descumprimentos, e comunicando à autoridade superior quando pertinente.



- c) Acompanhar os prazos de vigência, saldos contratuais e a necessidade de eventuais prorrogações, aditivos ou reajustes, instruindo os processos administrativos correspondentes.
- d) Conferir e atestar as faturas, notas fiscais ou documentos equivalentes, verificando a correspondência com os serviços efetivamente prestados ou bens entregues e os valores pactuados, para fins de pagamento.
- e) Propor à autoridade competente a aplicação de sanções administrativas à Contratada, nos termos da legislação e do contrato, em caso de inexecução total ou parcial das obrigações.
- f) Atuar como o principal ponto de contato formal entre a Administração e a Contratada, transmitindo as orientações e recebendo as comunicações oficiais.
- g) Produzir relatórios periódicos e o relatório final da contratação, avaliando o desempenho da Contratada e a consecução dos objetivos do contrato.

4.4. A atuação do gestor/fiscal não exime a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais por quaisquer irregularidades, vícios ou danos decorrentes da execução do objeto.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** após a conferência definitiva do objeto do processo, mediante apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, da competente liquidação da despesa e do atestado emitido pelo setor competente da UniRV - Universidade de Rio Verde.

5.1.1. A forma de pagamento será realizada única e exclusivamente por meio de transferência ou depósito bancário eletrônico, em conta de titularidade do contratado.

5.2. Caso a prestação de serviço não corresponda ao solicitado, o pagamento somente será liberado após a realização de forma satisfatória do mesmo.

5.2.1. Na hipótese de discordância da Nota Fiscal com a solicitação, fora das especificações exigidas, em condições diferentes daquelas apresentadas na proposta, ou desacompanhadas das respectivas requisições/autorizações, o prazo para pagamento somente começará a fluir depois de sanada a pendência.

5.3. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o(s) pagamento(s) pendente(s), sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

5.4. A Contratada deverá emitir Nota Fiscal em atenção às normas pertinentes, indicando a instituição bancária, número da conta corrente e agência com a qual opera, e discriminando em seu bojo o quantitativo dos itens que serão entregues para a Contratante.

5.5. Por ocasião do pagamento, a Contratada deverá comprovar sua regularidade fiscal com o Sistema de Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), bem como com as Fazendas Públicas municipal, estadual e federal, podendo ser retido em caso de situação irregular até o saneamento da pendência. Tal condição poderá ser objeto de confirmação por servidor da Contratante por meio da rede mundial de computadores - Internet.



Universidade de Rio Verde

5.6. A Nota Fiscal apresentada deverá conter o mesmo CNPJ do Contrato. Em caso de divergência, restará frustrado o pagamento.

5.7 Os pagamentos a serem efetuados em favor da contratada estarão sujeitos à retenção, na fonte, dos seguintes tributos, quando couber:

a) Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e demais regulamentos municipais;

b) Contribuição previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 210, de 17 de outubro de 2022, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

c) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com o Código Tributário Municipal (Lei nº 5.727/2009 e alterações), Decretos e Atos Normativos Municipais.

5.8. Dúvidas sobre retenção de tributos na fonte, podem ser esclarecidas no canal de atendimento da Secretaria da Fazenda, através do e-mail:

sefaz_retencoes@rioverde.go.gov.br.

6. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.1. Satisfazer, rigorosamente, o ajuste objeto desta contratação, em conformidade com todas as especificações, quantitativos, condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

6.1.1. Efetuar a prestação de serviços, em estrita observância das especificações da proposta;

6.2. Atender às solicitações do Departamento de Contratações da UniRV – Universidade de Rio Verde, nos exatos moldes da proposta apresentada.

6.3. Emitir a Nota Fiscal nos moldes previstos em Contrato, e outros dispositivos que o compõem.

6.4. Manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações assumidas no presente instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na dispensa respectiva, inclusive quanto a regularidade fiscal.

6.5. Responder pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, quando da execução do objeto dessa contratação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de o Contratante fiscalizar e acompanhar todo o procedimento.

6.6. Assumir a responsabilidade pelos danos eventualmente ocasionados por seus empregados durante a execução do objeto contratado.

6.7. Informar a ocorrência de qualquer anormalidade e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

6.8. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo com a Contratante.



6.9. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados, no desempenho dos seus serviços, ainda que nas dependências da Contratante e em decorrência do cumprimento desta contratação.

6.10. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas a este processo de dispensa.

6.11. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto deste Termo de Referência, sendo que sua inadimplência não transfere a responsabilidade à Administração Contratante, nem poderá onerar o objeto desta contratação, razão pela qual a empresa dispensa expressamente qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a UniRV.

6.12. Atender prontamente todas as solicitações da Contratante previstas no Termo de Referência.

6.13. Instruir seus representantes e empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, principalmente quanto ao cumprimento das normas internas de funcionamento e segurança, quando for o caso.

7. DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

7.1. A Contratante obriga-se a:

- a) efetuar o pagamento na forma convencionada, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades pactuadas;
- b) notificar a Contratada, imediatamente, sobre eventuais imperfeições, incongruência ou falhas observadas na execução do objeto.

8. DA CAPACIDADE TÉCNICA

8.1. As empresas interessadas deverão apresentar, na sessão de julgamento, atestado de capacidade técnica, emitido por entidade pública ou privada que comprove ter a empresa realizado, satisfatoriamente, fornecimento(s) semelhante(s) ao objeto desta contratação.

9. DA ANÁLISE DAS ESPECIFICAÇÕES

9.1. As especificações técnicas exigidas no Termo de Referência refletem o MÍNIMO de qualidade e características dos serviços a serem realizados. Permitindo claramente a oferta de produtos superiores aos solicitados.

10. DO PRAZO DA CONTRATAÇÃO E INSTRUMENTO CONTRATUAL

10.1. A contratação ficará vigente até dia **31 de dezembro de 2026**, podendo ser prorrogado conforme Lei Federal 14.133/2021.

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÕES

A empresa (Nome/Razão Social) _____ inscrita no CNPJ sob o n. _____, situada(o) na(o) _____ (endereço completo), contato telefônico _____ e-mail _____ neste ato representada por _____ inscrita (o) no CPF n. _____ e RG n. _____.

DECLARA, que **cumpr**e plenamente os requisitos de habilitação definidos em lei e no instrumento convocatório;

DECLARA, sob as penas da Lei, que por ser enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte **que não ultrapassou o limite de faturamento** e que **cumpr**e os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/2021:

DECLARA, sob as penas da Lei, **inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame**, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

DECLARA, sob as penas da Lei, **não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz**, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

DECLARA, sob as penas da Lei, que **suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas**;

DECLARA, sob as penas da Lei, que **cumpr**e as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

DECLARA, sob as penas da Lei, que **não possui, empregados executando trabalho degradante ou forçado**, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

DECLARA, sob as penas da Lei, que **cumpr**e a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas quando cabíveis;

DECLARA, sob as penas da Lei, que **tomou conhecimento de todas as informações e das condições contidas no instrumento convocatório e seus anexos, e dos locais para o cumprimento das obrigações deste objeto**.

ASSUME, por derradeiro, inteira responsabilidade pela veracidade de todas as informações aqui declaradas.

_____, _____ de _____ de 2026.

(Nome e Assinatura do Representante Legal)

ANEXO III

MINUTA CONTRATO N.º /2026.

Dispensa Eletrônica nº. 035/2026

Protocolo: 1054/2026

CONTRATO DE AQUISIÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, COMO SEGUE:

Pelo presente instrumento, de um lado, a **UNIRV – UNIVERSIDADE DE RIO VERDE**, fundação pública municipal criada pela Lei Municipal n.º 1.221/73 e modificada pelas Leis Municipais n.º 1.313/74, n.º 4.541/03 e n.º 4.802/04, regularmente inscrita no CNPJ sob o n.º 01.815.216/0001-78, com sede na Fazenda Fontes do Saber, Campus Universitário, neste ato devidamente representada pelo seu Magnífico Reitor, **Prof. Dr. Alberto Barella Netto**, legitimado para o cargo conforme Decreto Municipal n.º 023/2025, inscrito no CPF n.º 393.402.440-87 e no RG n.º 5029855755 – SSP/RS, denominada **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa _____, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) _____, doravante denominada **CONTRATADA**, têm, entre si, justo e avençado o presente contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. Fundamenta-se o presente instrumento na proposta apresentada pela CONTRATADA, no resultado da licitação decorrente da **Dispensa Eletrônica nº. 035/2026**, devidamente homologada pelo Magnífico Reitor, tudo em conformidade aos dispositivos da Lei n.º 14.133/2021.

CLAUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste contrato a **contratação de empresa especializada na prestação de serviço revisão e manutenção da linha de gás com fornecimento de peças, para atender a demanda da Coordenação dos Laboratórios da UniRV – Universidade de Rio Verde**, conforme especificações abaixo:

ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	UNIDADE	01	REVISÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE LINHAS DE GÁS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS		
VALOR TOTAL:					R\$

COMPOSIÇÃO DO ITEM:



ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	UNIDADE	01	REVISÃO E MANUTENÇÃO DA LINHA DE GÁS DO LABORATÓRIO DE ANÁLISES MICROBIOLÓGICAS DE ALIMENTOS	R\$	R\$
02	UNIDADE	01	REVISÃO E MANUTENÇÃO DA LINHA DE GÁS DO BLOCO 2	R\$	R\$
03	UNIDADE	01	REVISÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA LINHA DE GÁS DO LABORATÓRIO MULTIUSUÁRIO I	R\$	R\$
04	UNIDADE	01	REVISÃO E MANUTENÇÃO DA LINHA DE GÁS DO LABORATÓRIO MULTIUSUÁRIO II	R\$	R\$
05	UNIDADE	01	FORNECIMENTO DE PEÇAS	R\$10.000,00	R\$10.000,00
VALOR ESTIMADO:					R\$

2.2. Os serviços a serem prestados devem incluir:

a) Teste de Estanqueidade (Teste de Vazamento)

Realizar teste de pressão na tubulação, utilizando manômetros calibrados e/ou detectores eletrônicos, para identificar e localizar qualquer micro vazamento.

Obrigação: Corrigir imediatamente os vazamentos encontrados e retestar a rede.

b) Inspeção Visual e Estrutural

Verificar a integridade física da tubulação (corrosão, danos mecânicos) e a adequação dos suportes e fixações.

Obrigação: Reportar e orçar a substituição de trechos corroídos ou danificados.

c) Inspeção de Válvulas e Reguladores

Testar o funcionamento de todas as válvulas de corte (registros) e verificar a data de validade dos reguladores de pressão.

Obrigação: Substituir reguladores vencidos ou danificados e garantir o funcionamento das válvulas de emergência.

d) Verificação de Ventilação e Medição de Monóxido de Carbono (CO)

Medir os níveis de Monóxido de Carbono (CO) nos ambientes de uso de gás e inspecionar as aberturas de ventilação permanente.

Obrigação: Emitir laudo de medição de CO e sugerir adequações na ventilação, se necessário.

e) Avaliação de Equipamentos e Flexíveis



Inspeccionar a validade e o material das mangueiras e flexíveis de conexão aos equipamentos de laboratório.

Obrigação: Substituir flexíveis fora da validade ou inadequados e verificar a correta combustão (chama azul) dos bicos de gás.

f) Emissão de Laudo Técnico e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)

Emitir o Laudo Técnico detalhado da inspeção e a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao Órgão/Conselho.

Obrigação: Entregar o Laudo e a ART assinados por engenheiro responsável, atestando a conformidade com a ABNT NBR 15358.

g) Serviço de Ampliação da rede GLP no Laboratório Multiusuário I: Deve conter todos os materiais listados no projeto, serviço de alvenaria (furo), extensão da tubulação em material (PEX) contemplando união até a ligação da Capela de Fluxo Laminar.

h) Serviço de Acabamento e Pintura: Deve conter todos os materiais listados no projeto, serviço de preparação de superfície, aplicação de pintura contemplando os arremates e nivelamento até a completa restauração das áreas de afetadas pelas instalações.

2.3. Do fornecimento de peças para manutenção corretiva e materiais de instalação

2.3.1. De acordo, com o levantamento de preços realizado pelo Departamento de Contratação, foi estipulado um valor máximo que a Instituição poderá gastar com determinadas peças, conforme tabela abaixo:

ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO DO ITEM	VALOR UNITÁRIO
01	UNIDADE	PIG TAIL GALVANIZADO	R\$ 55,87
02	UNIDADE	REGULADOR DE GÁS VALVULA DE DOIS TEMPOS COM MANÔMETRO	R\$ 90,33
03	UNIDADE	MANGUEIRA DE MALHA DE AÇO P/GÁS MALHA DE AÇO FLEXIVEL COM APROXIMADAMENTE 1,50M	R\$ 82,29
04	METRO	TUBO PEX MULTI CAMADAS ALÚMINIO PARA GÁS COM 16MM APROXIMADAMENTE	R\$ 32,46
05	UNIDADE	TE REDUÇÃO METÁLICO APROXIMADAMENTE 16MM P/GÁS	R\$ 36,56
06	UNIDADE	COTOVELO DE ROSCA P/GÁS APROXIMADAMENTE 16MM	R\$ 20,14

2.4. Quando se tornar necessário a compra ou troca de peças relacionados aos equipamentos acima, a CONTRATADA deverá notificar formalmente ao Gestor Contratual, informando a peça



a ser adquirida com todos os detalhes possíveis como marca, modelo, garantia e o valor que a contratada possar fornecer para a UniRV – Universidade de Rio Verde.

2.5. A CONTRATADA deverá fornecer as peças estipuladas, quando necessário, após autorização do gestor contratual, apresentando sua oferta para o fornecimento das peças, não podendo ser valor acima do estipulado pela UniRV – Universidade de Rio Verde.

2.6. Caso, seja necessário, a aquisição de peças que não compõe o levantamento de preços inicial das peças, a CONTRATADA deverá fornecer um orçamento formal, com valor fixado para repasse ao Gestor Contratual, para aceite ou não da proposta.

2.7. A CONTRATADA deverá estipular o prazo de 6 (seis) meses (no mínimo) de garantia para o fornecimento de peças, emitindo em documento formal. Prazo poderá ser maior em determinadas peças, ficando a questão do Gestor Contratual.

2.8. Nada impede que a Administração Pública, possa pesquisar junto ao mercado atual, para verificação correta do valor orçado da CONTRATANTE, afim de evitar aquisições com valores acima do mercado atual.

2.9. Da conclusão e teste dos serviços

2.9.1. Todos os serviços concluídos deverão ser testados pela Contratada, sob sua responsabilidade técnica e financeira, na presença do executor do contrato, ficando sua aceitação final condicionada ao bom desempenho dos equipamentos nos referidos testes.

2.10. São partes integrantes deste Contrato, independente, de sua transcrição, o Edital do **Dispensa Eletrônica nº. 035/2026** e seus anexos, bem como a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A prestação de serviço em questão ocorrerá nas dependências do Campus Fazenda Fontes do Saber, em Rio Verde – GO, e **deverá ser iniciado o serviço em até 5 (cinco) dias uteis após a emissão da ordem de serviço, tendo que ser concluído no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o início.**

3.2. A CONTRATADA se compromete a realizar os serviços conforme as especificações e procedimentos recomendados pelo fabricante.

3.3. A CONTRATADA deverá fornecer as peças de reposição, garantindo o bom funcionamento da linha.

3.4. A CONTRATADA deverá realizar a instalação das peças de forma adequada, assegurando a total funcionalidade dos equipamentos e linhas de gás.

3.5. O serviço deverá ser realizado de maneira eficiente e em conformidade com os padrões técnicos exigidos, sem causar danos aos equipamentos ou comprometer seu desempenho.

3.6. A Universidade em hipótese alguma irá disponibilizar funcionário próprio para auxiliar nos serviços prestados.

3.7. A CONTRATADA garante os serviços prestados e as peças instaladas por um período de no mínimo 90 (noventa) dias, contados a partir da data de conclusão da manutenção.



3.7.1 Caso qualquer defeito relacionado à manutenção ou peças fornecidas dentro do período de garantia, a CONTRATADA se compromete a realizar os reparos ou substituições necessárias, sem custos adicionais para a contratante.

CLAUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA, DO VALOR E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. O contrato terá vigência _____, a contar a partir da data de assinatura do referido instrumento contratual, podendo ser prorrogado, nos termos da Lei n.º 14.133/2021.

4.1.1. Caso a assinatura seja realizada através de certificação digital, considerar-se-á para fins de vigência contratual, a data do último registro de assinatura realizado.

4.1.2. Em caso de prorrogação do prazo de vigência do contrato, deverá ser verificada a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo (**art. 91, § 4, Lei n.º 14.133/2021**).

4.2. O presente contrato perfaz o valor de R\$ _____.

4.3. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dotação orçamentária n.º _____, aprovada no orçamento para o exercício de 2026.

4.4. As supressões e/ou acréscimos, se houver, serão considerados mediante aditamento contratual, a ser emitido pelo setor responsável, nos termos e limites do art. 125 da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** após a conferência definitiva do objeto do processo, mediante apresentação da Nota Fiscal, da competente liquidação da despesa e do atestado emitido pelo setor competente da UniRV - Universidade de Rio Verde.

5.1.1. A forma de pagamento será realizada única e exclusivamente por meio de transferência ou depósito bancário eletrônico, em conta de titularidade do contratado.

5.2. Caso a prestação de serviço não corresponda ao solicitado, o pagamento somente será liberado após a realização de forma satisfatória do mesmo.

5.2.1. Na hipótese de discordância da Nota Fiscal com a solicitação, fora das especificações exigidas, em condições diferentes daquelas apresentadas na proposta, ou desacompanhadas das respectivas requisições/autorizações, o prazo para pagamento somente começará a fluir depois de sanada a pendência.

5.3. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o(s) pagamento(s) pendente(s), sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.



5.4. A CONTRATADA deverá emitir Nota Fiscal em atenção às normas pertinentes, indicando a instituição bancária, número da conta corrente e agência com a qual opera, e discriminando em seu bojo o quantitativo dos itens que serão entregues para a Contratante.

5.5. Por ocasião do pagamento, a Contratada deverá comprovar sua regularidade fiscal com o Sistema de Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), bem como com as Fazendas Públicas municipal, estadual e federal, podendo ser retido em caso de situação irregular até o saneamento da pendência. Tal condição poderá ser objeto de confirmação por servidor da Contratante por meio da rede mundial de computadores - Internet.

5.6. A Nota Fiscal apresentada deverá conter o mesmo CNPJ do Contrato. Em caso de divergência, restará frustrado o pagamento.

5.7 Os pagamentos a serem efetuados em favor da contratada estarão sujeitos à retenção, na fonte, dos seguintes tributos, quando couber:

a) Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e demais regulamentos municipais;

b) Contribuição previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 210, de 17 de outubro de 2022, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

c) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com o Código Tributário Municipal (Lei nº 5.727/2009 e alterações), Decretos e Atos Normativos Municipais.

5.8. Dúvidas sobre retenção de tributos na fonte, podem ser esclarecidas no canal de atendimento da Secretaria da Fazenda, através do e-mail: sefaz_retencoes@rioverde.go.gov.br.

5.9. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Satisfazer, rigorosamente, o objeto desta contratação, em conformidade com todas as especificações, quantitativos, condições e prazos estabelecidos neste CONTRATO.

6.1.1. Efetuar a entrega do objeto, em estrita observância das especificações da proposta;

6.2. Atender às solicitações do Departamento de Contratações da UniRV – Universidade de Rio Verde, nos exatos moldes da proposta apresentada.

6.3. Emitir a Nota Fiscal nos moldes previstos neste CONTRATO, e outros dispositivos que o compõem.

6.4. Manter, durante toda a execução, compatibilidade com as obrigações assumidas no presente instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste CONTRATO respectivo, inclusive quanto a regularidade fiscal.



Universidade de Rio Verde

- 6.5. Responder pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, quando da execução do objeto dessa contratação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de o Contratante fiscalizar e acompanhar todo o procedimento.
- 6.6. Assumir a responsabilidade pelos danos eventualmente ocasionados por seus empregados durante a execução do objeto contratado.
- 6.7. Informar a ocorrência de qualquer anormalidade e prestar os esclarecimentos julgados necessários.
- 6.8. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo com a Contratante.
- 6.9. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados, no desempenho dos seus serviços, ainda que nas dependências da Contratante e em decorrência do cumprimento desta contratação.
- 6.10. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas a este processo de dispensa licitatória.
- 6.11. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto deste CONTRATO, sendo que sua inadimplência não transfere a responsabilidade à Administração Contratante, nem poderá onerar o objeto desta contratação, razão pela qual a CONTRATADA dispensa expressamente qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a UniRV.
- 6.12. Atender prontamente todas as solicitações da Contratante previstas no CONTRATO.
- 6.13. Instruir seus representantes e empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, principalmente quanto ao cumprimento das normas internas de funcionamento e segurança, quando for o caso.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. A Contratante obriga-se a:

- a) Efetuar o pagamento na forma convencionada, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades pactuadas;
- b) Notificar a Contratada, imediatamente, sobre eventuais imperfeições, incongruência ou falhas observadas na execução do objeto.

CLÁUSULA OITAVA – DA GESTÃO DO CONTRATO

- 8.1 A fiscalização, acompanhamento e gestão dessa contratação ficarão a cargo do servidor **Me. Alex Anderson de Oliveira Moura** conforme **Portaria n. 518/2025**.
- 8.2. O gestor/fiscalizador será responsável por acompanhar pessoalmente a execução dos serviços ou o fornecimento dos bens contratados, zelando pelo fiel cumprimento das condições estabelecidas no CONTRATO e demais documentos contratuais.



UniRV

Universidade de Rio Verde

Universidade de Rio Verde

Resolução CEE/CES N. 06/2021 de 05 de fevereiro de 2021

CNPJ 01.815.216/0001-78 | I.E. 10.210.819-6 | I.M. 021.407

8.3. Sem prejuízo das demais obrigações legais e regulamentares, competem ao gestor/fiscalizador as seguintes atribuições gerais e objetivas:

a) Monitorar a execução do objeto contratual, verificando a conformidade dos serviços prestados ou bens entregues com as especificações, prazos e demais condições contratuais.

b) Registrar formalmente todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, adotando as providências necessárias para a regularização de falhas, defeitos ou descumprimentos, e comunicando à autoridade superior quando pertinente.

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

9.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

9.2. Com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa de 30% sobre o valor total do contrato, se inexecução total, ou 30% sobre o remanescente do contrato, se inexecução parcial;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



9.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas previstas neste contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência das infrações previstas neste contrato que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades cabíveis, bem como à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 44, § 4º, do Decreto Municipal n.º 799/2023.

9.9. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento, de acordo com o art. 167, da Lei n.º 14.133/2021.

9.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.13. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1. A rescisão do presente contrato poderá ocorrer, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, quando a CONTRATADA:



- a) Transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes deste instrumento sem prévia anuência do CONTRATANTE;
- b) Deixar de cumprir, total ou parcialmente, as obrigações deste contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste instrumento;
- c) Desatender às determinações do servidor do CONTRATANTE, no exercício de suas atribuições de acompanhamento e fiscalização da execução do contrato;
- d) Cometer, reiteradamente, faltas na execução do contrato;
- e) Ocorrer alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- e.1) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- f) Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

10.2. A rescisão do contrato poderá ocorrer por mútuo consentimento entre as partes, devendo ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzida a termo no respectivo processo, desde que haja interesse da Administração;

10.3. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10.5. O contrato poderá ser extinto ou rescindido, ainda, pelos motivos previstos nos artigos 106, inciso III, 137, 138 e 139 da Lei n.º 14.133, de 01/04/2021 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. O presente instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei n.º 14.133/2021, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se Ihe supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 14.133/2021 e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO



UniRV

Universidade de Rio Verde

Universidade de Rio Verde

Resolução CEE/CES N. 06/2021 de 05 de fevereiro de 2021

CNPJ 01.815.216/0001-78 | I.E. 10.210.819-6 | I.M. 021.407

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Rio Verde, Estado de Goiás, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.2. E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento contratual por meio de assinatura digital, na forma da legislação vigente, acompanhado de duas testemunhas para todos os fins de direito.

Rio Verde – GO, assinado e datado digitalmente.

UniRV – UNIVERSIDADE DE RIO VERDE

Prof. Dr. Alberto Barella Netto

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____